



RESOLUÇÃO CISTRISUL Nº 004/2025.

EMENTA: Dispõe sobre a concessão de diárias aos empregados públicos e servidores cedidos do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião do Triângulo do Sul – CISTRISUL e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DA MACRORREGIÃO DO TRIÂNGULO DO SUL – CISTRISUL, no uso das atribuições que lhe conferem o Contrato de Consórcio Público, especialmente o disposto em suas Cláusulas Quinta e Oitava, e

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar e estabelecer critérios objetivos para o pagamento de diárias aos empregados públicos e servidores cedidos que se deslocarem a serviço da sede de sua lotação;

CONSIDERANDO que o pagamento de diárias possui caráter indenizatório, destinado a cobrir despesas extraordinárias com alimentação, hospedagem e locomoção urbana;

CONSIDERANDO a competência do CISTRISUL para organizar sua estrutura administrativa e de pessoal, conforme as Cláusulas Terceira, Sexta e Sétima do Contrato de Consórcio;

RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução estabelece as normas para a concessão e o pagamento de diárias aos empregados públicos do quadro permanente do CISTRISUL e aos servidores/empregados/funcionários cedidos que se deslocarem temporariamente da respectiva sede de lotação, a serviço do Consórcio.

Art. 2º A diária constitui uma indenização destinada a cobrir as despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana.

Parágrafo único. Por seu caráter indenizatório, a diária não tem natureza salarial, não se incorpora à remuneração do empregado ou servidor para quaisquer efeitos, e sobre ela não incide Imposto de Renda ou contribuição previdenciária.

Art. 3º A concessão da diária e abastecimento depende de um deslocamento a serviço, devidamente autorizado pela Diretoria Executiva para todos os cargos/empregos públicos, mediante prévia e formal solicitação, que atenda aos seguintes requisitos:

I - Distância mínima de **50 (cinquenta)** quilômetros da sede de lotação;



II - Duração superior a 12 (doze) horas.

§1º A contagem da carga horária para fins de concessão da diária inicia-se no horário de deslocamento no município de origem e termina com o efetivo retorno ao município de origem.

§2º A concessão da diária para o cargo de Diretor Executivo e Vice-Presidente dar-se-á por ato da Presidência, sem prejuízo da prestação de contas, a cargo deste último.

Art. 4º O pagamento de diárias é devido nos seguintes casos, observados os requisitos do Art. 3º:

I - Convocação pela administração do CISTRISUL para reuniões, representações institucionais ou cumprimento de missões oficiais;

II - Participação em cursos, treinamentos, congressos, seminários ou outros eventos de capacitação de interesse do Consórcio, desde que previamente autorizados;

III - Realização de atividades técnicas, fiscalizatórias ou administrativas fora da sede de lotação.

Art. 5º Os valores para o pagamento de **diária integral** são os fixados na tabela constante no Anexo I desta Resolução.

Art. 6º Será devida **meia diária**, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da diária integral, nas seguintes situações:

I - Quando o deslocamento, superior a 12 (doze) e inferior a 24 (vinte e quatro) horas, não exigir pernoite fora da sede;

II - No dia do retorno à sede de lotação;

III - Quando a **hospedagem** for custeada, fornecida ou paga pelo CISTRISUL ou por outro órgão ou entidade;

IV - Quando o empregado ou servidor ficar hospedado em imóvel pertencente ou mantido por um dos municípios consorciados.

Art. 7º Os servidores públicos/empregados/funcionários cedidos ao CISTRISUL, desde que percebam gratificação paga pelo Consórcio, farão jus ao recebimento de diárias nos mesmos termos e condições aplicáveis aos empregados públicos do quadro permanente.

Art. 8º Não será devida a concessão de diárias quando:



I - O deslocamento for uma exigência permanente do cargo, inerente às suas atribuições rotineiras;

II - O deslocamento ocorrer para atendimento no âmbito do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU), por se tratar de atividade-fim e rotineira da função;

III - O deslocamento ocorrer para localidade dentro da mesma região metropolitana da sede de lotação, salvo se ultrapassada a distância mínima prevista no Art. 3º;

IV - As despesas com **hospedagem e/ou alimentação** forem integralmente custeadas, fornecidas ou pagas pelo CISTRISUL ou por outro órgão ou entidade.

Art. 9º Para os empregados/servidores/funcionários que exercem suas funções em regime de plantão, o deslocamento entre sua residência e a base de lotação para cumprimento da escala regular de serviço não ensejará o pagamento de diárias.

Parágrafo único. Caso o empregado/servidor/funcionário em regime de plantão seja convocado para uma das finalidades descritas no Art. 4º, em localidade diversa de sua base de lotação, e atendidos os requisitos do Art. 3º, fará jus ao recebimento da diária correspondente.

Art. 10 O pagamento da diária fica condicionado à apresentação e aprovação do Relatório de Viagem contendo a prestação de contas, pela Diretoria Executiva, conforme modelo do Anexo II, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o término do deslocamento.

§ 1º Fica autorizada a antecipação de até 100% (cem por cento) do valor estimado das diárias, a ser paga antes do início do deslocamento.

§ 2º A solicitação para a antecipação das diárias deverá ser feita pelo empregado ou servidor no mesmo ato da solicitação de autorização para a viagem.

§ 3º A concessão da antecipação é um ato discricionário da Diretoria Executiva, que avaliará a conveniência e a oportunidade do adiantamento.

§ 4º A apresentação do Relatório de Viagem, nos termos do Art. 10, permanece obrigatória para todos que receberem diárias, inclusive de forma antecipada, para fins de acerto de contas.

§ 5º Caso o valor das diárias efetivamente devidas, apurado após o retorno, seja inferior ao montante antecipado, o empregado ou servidor deverá restituir a diferença ao CISTRISUL no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

§ 6º O Relatório de Viagem deverá conter, obrigatoriamente: os horários de saída e chegada, a rubrica do superior imediato autorizando a saída e atestando o



retorno, e os comprovantes de viagem (como certificados de participação, listas de presença, comprovantes de pedágio, entre outros que se apliquem).

Art. 11 O empregado público, servidor cedido ou funcionário que, mediante prévia e expressa autorização da Diretoria Executiva, utilizar veículo próprio para a realização de deslocamentos a serviço do CISTRISUL, fará jus a uma indenização por quilômetro rodado.

§ 1º O valor da indenização de que trata o *caput* será fixado em **R\$ 0,90 (noventa centavos) por quilômetro rodado**, podendo ser atualizado periodicamente por ato da Diretoria Executiva, com base na variação dos custos de combustível e manutenção veicular.

§ 2º A indenização por uso de veículo próprio destina-se a cobrir os custos com combustível, desgaste e manutenção do veículo, possuindo natureza estritamente indenizatória, sobre a qual não incidirá Imposto de Renda ou contribuição previdenciária, não se incorporando à remuneração para nenhum efeito.

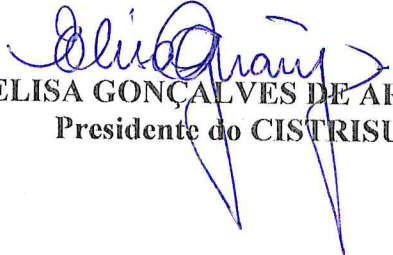
§ 3º O pagamento da indenização fica condicionado à apresentação, juntamente com o Relatório de Viagem, de um registro detalhado do trajeto percorrido, incluindo origem, destino, quilometragem inicial e final, comprovante de abastecimento e a finalidade do deslocamento.

§ 4º A indenização por quilômetro rodado não será devida para os deslocamentos rotineiros entre a residência do servidor e sua sede de lotação, ou quando realizados em veículos oficiais.

Art. 12 As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do CISTRISUL.

Art. 13 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Uberaba-MG, 14 de novembro de 2025.


ELISA GONÇALVES DE ARAÚJO
Presidente do CISTRISUL





Anexo I - Tabela de Valores de Diárias

NÍVEL DO CARGO	EXEMPLOS DE CARGOS	VALOR DA DIÁRIA INTEGRAL (R\$)	VALOR DA MEIA DIÁRIA (R\$)
Nível Superior e Diretoria	Diretor Executivo, Assessores, Coordenadores, Médico, Enfermeiro, Advogado, Farmacêutico	R\$ 234,38	R\$ 117,19
Nível Técnico	Técnico de Enfermagem, Técnico em Farmácia, Técnico em Informática	R\$ 234,38	R\$ 117,19
Nível Médio e Operacional	Condutor Socorrista, Assistente Administrativo, Auxiliar Administrativo, Motorista	R\$ 234,38	R\$ 117,19



Anexo II - Modelo de Relatório de Viagem

RELATÓRIO DE VIAGEM PARA CONCESSÃO DE DIÁRIAS

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADO/SERVIDOR
Nome Completo:
Cargo/Função:
Matrícula:
2. DADOS DA VIAGEM
Município(s) de Destino:
Período do Deslocamento:
Data de Saída: __/__/__
Objetivo da Viagem: () Reunião () Curso/Capacitação () Representação () Atividade Técnica/Administrativa Outro (especificar):
3. CONTROLE DE DESLOCAMENTO
Saída da Origem:
Chegada ao Destino:
Saída do Destino (Retorno):
Chegada à Origem:
4. RESUMO DAS ATIVIDADES REALIZADAS
<i>Descrever brevemente as atividades executadas durante o período de deslocamento.</i>
5. DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA ANEXADA



RELATÓRIO DE VIAGEM PARA CONCESSÃO DE DIÁRIAS

<p>() Lista de Presença ou Ata de Reunião</p> <p>() Certificado de Participação em Curso/Evento</p> <p>() Comprovantes de Pedágio</p> <p>() Outros (especificar):</p>
<p>6. DESPESAS COM COMBUSTÍVEL:</p> <p>() Sim</p> <p>() Não</p> <p>Km rodado: _____</p>
<p>7. DECLARAÇÃO E ASSINATURAS</p>
<p>Declaro, para os devidos fins, que as informações prestadas neste relatório são verdadeiras e que a viagem foi realizada a serviço do CISTRISUL.</p>
<p>Local e Data: _____</p>
<p>Assinatura do Empregado/Servidor</p>
<p>PARECER DO SUPERIOR IMEDIATO</p>
<p>() Deferido () Indeferido – Justificativa:</p>
<p>Local e Data: __/__/____</p>



PARECER JURÍDICO

INTERESSADO: Presidência do CISTRISUL

ASSUNTO: Análise Jurídica da Minuta de Resolução que dispõe sobre a concessão de diárias e indenização por uso de veículo próprio no âmbito do CISTRISUL.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONSÓRCIO PÚBLICO. MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE DISCIPLINA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS DE VIAGEM E INDENIZAÇÃO POR USO DE VEÍCULO PRÓPRIO. PODER NORMATIVO. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA (LEI Nº 11.107/2005). NATUREZA INDENIZATÓRIA DAS VERBAS. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, RAZOABILIDADE E EFICIÊNCIA. AUSÊNCIA DE ÔBICES JURÍDICOS. PELA APROVAÇÃO.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de consulta formulada pela Presidência deste Consórcio Público, que submete a esta Assessoria Jurídica a minuta de Resolução que *"Dispõe sobre a concessão de diárias aos empregados públicos e servidores cedidos do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião do Triângulo do Sul – CISTRISUL e dá outras providências"*.
2. O objetivo da consulta é a análise da legalidade e da regularidade formal e material da proposta normativa, para fins de subsidiar a decisão de sua aprovação e publicação.
3. É o breve relatório. Passa-se à análise.

II - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. Da Competência do CISTRISUL para Normatizar a Matéria

1. O CISTRISUL, constituído como consórcio público sob a forma de associação pública, é pessoa jurídica de direito público interno, conforme o art. 241 da Constituição Federal e o art. 6º, I, da Lei nº 11.107/2005. Nessa condição, goza de autonomia administrativa, orçamentária e financeira para a gestão de seus interesses.
2. O Contrato de Consórcio Público, em suas Cláusulas Terceira, Quinta e Sétima, confere aos órgãos de direção do CISTRISUL a competência para deliberar sobre a estrutura administrativa, o quadro de pessoal e as respectivas políticas remuneratórias, o



que inclui, por extensão, a regulamentação de verbas indenizatórias como as diárias de viagem e a indenização por uso de veículo próprio.

3. Portanto, a edição de resolução para disciplinar a matéria está plenamente inserida no poder normativo do Consórcio, sendo o instrumento adequado para estabelecer regras claras e uniformes.

2.2. Da Natureza Indenizatória da Diária e sua Conformidade Legal

1. A minuta, em seu art. 2º, define corretamente a diária como verba de natureza indenizatória, destinada a cobrir despesas extraordinárias do empregado ou servidor que se desloca a serviço. Tal definição está em harmonia com o entendimento consolidado no direito administrativo e na jurisprudência pátria.

2. Por não constituir acréscimo patrimonial, mas sim uma reposição de despesas, a diária não integra a remuneração para fins de incidência de encargos trabalhistas, previdenciários ou de Imposto de Renda, conferindo segurança jurídica e eficiência na gestão dos recursos públicos.

2.3. Da Indenização pelo Uso de Veículo Próprio

1. A minuta institui a indenização por quilômetro rodado para o servidor que utilizar veículo próprio em serviço, mediante autorização. A medida encontra amparo no poder de autogestão do Consórcio e alinha-se ao **princípio da eficiência**, ao evitar os custos de aquisição e manutenção de uma frota própria para todos os deslocamentos necessários.

2. A fixação de um valor por quilômetro rodado é baseada em pesquisa mercadológica que considere os custos de combustível, manutenção e depreciação, é um critério **razoável e objetivo**. A utilização de parâmetros de outros órgãos públicos, como os valores adotados pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), confere sólida justificativa técnica e fática para o montante definido, afastando alegações de arbitrariedade.

3. Ainda se estabelece, de forma acertada, a **natureza estritamente indenizatória** da verba, destinada a ressarcir o servidor pelos gastos incorridos. Esse caráter é fundamental para afastar a incidência de Imposto de Renda e contribuição previdenciária, bem como sua incorporação à remuneração, em conformidade com a jurisprudência consolidada.

4. A exigência de um relatório detalhado do trajeto constitui importante **mecanismo de controle e transparência**, assegurando que o pagamento corresponda efetivamente a um deslocamento realizado em função do serviço, em observância ao **princípio da moralidade administrativa**.



2.4. Da Observância aos Princípios Gerais da Administração Pública

1. A minuta de resolução, como um todo, demonstra alinhamento com os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública (art. 37, caput, da Constituição Federal):

a) **Legalidade e Impessoalidade:** A norma estabelece critérios objetivos e prévios para a concessão das verbas, afastando a discricionariedade indevida e garantindo tratamento isonômico.

b) **Moralidade e Publicidade:** A exigência de Relatório de Viagem (art. 10) e de registros detalhados para o uso de veículo próprio (art. 11, § 3º) são robustos mecanismos de controle que asseguram a transparência e a correta aplicação dos recursos públicos.

c) **Razoabilidade e Proporcionalidade:** A fixação de valores distintos por nível de cargo para diárias (Anexo I) e as regras para pagamento de meia diária (art. 6º) ou para não concessão (art. 8º) são medidas razoáveis. Da mesma forma, o valor estipulado por quilômetro rodado, baseado em pesquisa de mercado, ajusta a indenização à realidade do deslocamento e evita o enriquecimento sem causa do agente ou o prejuízo ao erário.

2. Conclui-se, assim, que a minuta analisada não apresenta vícios de legalidade ou de constitucionalidade, mostrando-se um instrumento adequado, necessário e oportuno para a gestão administrativa do CISTRISUL.

III – CONCLUSÃO

1. Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela **legalidade e regularidade formal e material** da minuta de Resolução que dispõe sobre a concessão de diárias de viagem e de indenização por uso de veículo próprio, por estar em conformidade com a legislação vigente e com os princípios que regem a Administração Pública.

2. Não havendo óbices jurídicos, recomenda-se o seu prosseguimento para aprovação e publicação pela autoridade competente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Uberaba/MG, 14 de novembro de 2025.

LUIZ ANTONIO NOVAIS DE OLIVEIRA JUNIOR
OAB/MG 131.560